

LUTA PELA TERRA E IDENTIDADE CAMPONESA DO FUNDO/FECHO DE PASTO AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Cirlene Jeane Santos e Santos¹
Guimar Inez Germani²

1. Introdução

Este trabalho analisa e correlaciona duas formas de luta pela terra: Fundo/Fecho de Pasto no estado da Bahia e o MST na sua luta pela Reforma Agrária no Recôncavo Baiano.

A luta pela terra organizada pelos camponeses do Fundo/Fecho de Pasto ganha visibilidade recente, com a expansão da fronteira agrícola e conseqüente valorização das terras. Esses camponeses tiveram as suas terras como alvo de cobiça, fator que motivou a organização da luta para permanecer na terra.

Por outros caminhos históricos, a luta dos sem terra, adquire novo fôlego com a formação do MST. Na Bahia este Movimento ganha força nos idos de 1990. No Recôncavo Baiano, uma de suas regionais, o Movimento organiza sete projetos de assentamento. As pesquisas realizadas, constatam-se que os assentados dessa regional eram migrantes e que em seus PA`s tentam construir/reconstruir o modo de vida camponês.

A partir desse cenário o objetivo desse trabalho é discorrer a cerca de como a luta dos camponeses do Fundo/Fecho de Pasto pela sua manutenção na terra, condicionados a intervenção estatal, motiva a construção/desconstrução do modo de vida camponês do grupo social. Pretende ainda, analisar a intervenção do Estado nos PA`s organizados pelo MST no Recôncavo a partir da utopia do Movimento e da intervenção do Estado enquanto agente legitimador da propriedade da terra para esses grupos sociais.

2. Terras de Uso Comum: Fundo e Fecho de Pasto do Estado da Bahia

O Fundo e Fecho de Pasto constituem-se enquanto sistema produtivo que utiliza a pratica do pastoreio extensivo compartilhando comunitariamente grandes glebas de terra, por um grupo social ligado por laços consangüíneos e de compadrio. Nele não existe hierarquia, sendo o fator etário fundamental na organização social dessas comunidades, cujos valores estão pautados na palavra, nos costumes, ou seja, no direito consuetudinário. Segundo a Professora Angelina Garcez o Fundo de Pasto.

¹ cjeane_ses@yahoo.com.br Universidade Federal da Bahia (UFBA)

² guimar@ufba.br

[...] é um costume mais que secular desenvolvido pelo homem do sertão, que lhe vem assegurando a sobrevivência como grupo, com suas práticas agrícolas e seus valores culturais próprios.

As comunidades “pasteiras” configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva. Integradas por pequenos produtores ocupados no pastoreio coletivo do gado caprino [...] elas asseguram a integração do homem com a terra [...]³

As principais diferenças do Fundo e do Fecho de Pasto estão pautadas no ecossistema nos quais essas atividades são desenvolvidas, na forma de utilização das terras comuns e no animal de criação. Contudo, em ambas prevalece a baixa monetarização desse sistema sócio-produtivo. Os Fechos de Pasto estão localizados em regiões mais úmidas, com vegetação nativa geralmente, constituída pelo tipo ombrófila densa ou região de cerrado, com a presença marcante da água; a utilização das terras comuns se dá no período de estiagem quando a alimentação torna-se escassa para o pequeno rebanho das terras de uso individual, prevalecendo a criação de bovinos. Entretanto essa não é a única fonte de renda, divide importância com a atividade agrícola.

Ao contrário dos Fundos de Pasto que estão localizados em sua totalidade nas regiões do semi-árido da Bahia, convivendo com o ecossistema da caatinga e conseqüentemente, com a escassez de água, a utilização das terras comuns é uma necessidade, fazendo parte da lógica do sistema produtivo desenvolvido e do modo de vida desses camponeses, que compartilham a terra comum como uma estratégia de vida e manutenção dos seus rebanhos, constituídos principalmente de caprinos e, secundariamente de ovinos. Essas criações, juntamente com a aposentadoria constituem-se, como principal fonte de renda das comunidades.

A relação umbilical dessas comunidades com o ecossistema da caatinga, favorece o controle ao uso e a manutenção desse bioma, nas áreas de Fundos de Pasto, nas quais a caatinga apresenta-se mais preservada. Todavia, as denúncias feitas por comunidades sertanejas têm crescido no que se refere a invasão de suas terras para a retirada de madeira, para a produção de carvão vegetal, ou à extração inadequada e fora de época do umbu, bem como da batata do umbu, ou ainda a retirada indiscriminada do angicos, que constituem várias espécies de leguminosas-mimosoideas de folhas miúdas, frutos alongados, com semente redondas e achatadas. O angico vermelho apresenta diversas utilidades, em especial no emprego da sua casca, rica em tanino, para curtir couros e, ao

³ GARCEZ, A. N. R. Fundo de Pasto um projeto de vida sertanejo. Salvador: Interba/UFBA, 1987. p. 15

mesmo tempo, dar um colorido vermelho ao mesmo.⁴ Tal espécie encontra-se ameaçada pois a retirada completa da sua casca provoca a morte do vegetal. As pressões sobre essas áreas estão aumentando frente aos interesses do capital. As terras dos Fundos/Fechos de Pasto também tem sido cobiçadas por empresas mineradoras ligadas, principalmente ao setor de extração de mármore.

Essas comunidades atualmente são constituídas principalmente por idosos. Os mais jovens costumam migrar para São Paulo – fato comum entre as famílias essa “tradição”. Alguns camponeses já experienciaram dessa cidade mutante e voltaram para a terra de origem, e discorrem hoje com entusiasmo, que os filhos e filhas estão morando na metrópole global brasileira. A saga contada nas músicas de Luis Gonzaga – o Rei do Baião – ou mesmo em Sampa, escrita por Caetano Velloso e cantada por muitos, ou ainda, os relatos registrados por Maria Bethânia no CD dos seus 35 anos de carreira sobre a sua primeira impressão de São Paulo, continuam válidos para essas comunidades, que incansavelmente se deslumbram e migram rumo ao seu centro. Se os ilustres citados alcançaram o sucesso, o mesmo não acontece com os membros dessas comunidades, que vão ocupar as favelas longínquas da periferia e compor a massa submissa e discriminada de nordestinos que ajudam a região sudeste a crescer. O tempo e o espaço mudaram, porém a ilusão de que na cidade grande a vida pode ser melhor mantém-se viva nessas comunidades tradicionais, que repetem os passos dos avos, dos pais, e após 8 ou 10 anos ou quando envelhecem voltam a sua terra, para tentar desfrutar de uma vida tranqüila. Cabe registrar que Salvador não faz parte do imaginário coletivo dessas comunidades, talvez nem saibam que ela é a capital do estado.

3. Organização da luta de Fundo de Pasto

As diversas comunidades de Fundo/Fecho de Pasto viveram dispersas e harmoniosamente entre a caatinga no estado da Bahia durante alguns séculos até a gradativa chegada da valorização de suas terras frente aos interesses capitalistas. Essa valorização foi motivada por diferentes fatores e em momentos históricos diferenciados, contudo sempre pôs em risco e subjuga essas comunidades tradicionais.

Seria ingênuo acreditar-se que as comunidades de Fundo/Fecho de Pasto estavam ocultas, fora do raio de percepção do Estado e dos agentes do capital, ao contrário, as mesmas estavam e ainda estão no circuito das relações não capitalistas de produção como formula o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

⁴ Dossiê – Crime Ambiental. Produzido pela CAFFP e Associação de Corrência e Tanque do Serrote, em 22 de setembro de 2004, objetivando efetuar denuncia ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, Promotoria Pública de Jaguarari, CRA, IBAMA.

[...] temos que entender que o capital cria relações contraditórias, ou seja, *o camponês é produto das relações não-capitalista*, criados pelo capital para sua própria sobrevivência, pois o capital apropria-se da *renda da terra* sem retirar o camponês da terra, então o camponês, assim como o latifúndio é de dentro do capitalismo e não de fora.⁵

Essas terras estavam como reserva de valor, podendo ser resgatadas pelo Estado e agentes do capital quando conveniente, pois como já foi dito essas comunidades ocupam terras devolutas, apesar organizaram-se para lutar pela sua permanência na terra.

A organização dessas Comunidades tem grande influência da Igreja, e o marco para a organização da luta teve início da década de 1970, quando em função da modernização agrícola e dos volumosos recursos creditícios oferecidos pelo Estado, financiando especialmente o cultivo de mandioca. Estes fatores favoreceram e motivaram a grilagem nas áreas de Fundo/Fecho de Pasto em toda a Bahia. Esta pressão provocou a venda das terras e o descolamento das famílias para São Paulo colocando em xeque, principalmente, o sistema social, cultural e econômico dessas comunidades.

Este fato foi muito sentido nas Comunidades localizadas ao norte da Bahia que viram o rápido processo de cobiça sobre suas terras, instalando-se os conflitos. Nesse período os conflitos foram acalmados, em alguns locais, com a ação do Governo do Estado da Bahia, através do Projeto de Regularização Fundo de Pasto, que iniciou sua implementação em 1983 através de um convênio entre o extinto Instituto de Terras da Bahia (Interba), Companhia de Desenvolvimento e Ação Social Regional (CAR), Superintendência de Desenvolvimento de Nordeste (SUDENE) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Este processo iniciou-se através de estudos exploratórios na tentativa de entender o sistema sócio-cultural do Fundo de Pasto e foi realizado nos municípios de Uauá, Curaçá, Juazeiro, Jaguarari, Monte santo, Senhor do Bonfim e Canudos. A partir desse estudo elaborou-se o Projeto Fundo de Pasto (piloto), que atendeu a algumas comunidade. Os conflitos existentes em comunidades em disputa, pouca repercussão e visibilidade tiveram e, em muitos casos, estendem-se até os dias atuais.

As comunidades de Fecho de Pasto registradas na Região do Médio São Francisco e na região Oeste do estado, em especial no município de Correntina, em quase totalidade sucumbiram frente aos interesses do capital, conforme evidenciam os estudos preliminares. O desaparecimento dessas comunidades está ligado a valorização ocorrida no espaço regional, motivada pelos investimentos estatais, vinculados aos grandes projetos de

⁵ OLIVEIRA, A U. de. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1998.

irrigação ocorridos a partir dos anos de 1980, que trouxeram consigo a valorização das terras, com a chegada da água e das infra-estruturas subjacentes ao processo em curso.

No início dos anos 1990, as Comunidades de Fundo/Fecho de Pasto retomaram a sua luta, organizando a Central das Associações Agro-pastoris de Fundo e Fecho de Pasto da Região do Senhor do Bonfim (CAFFP), com sede no município de Senhor do Bonfim (BA), congregando, aproximadamente, 30 associações distribuídas em 10 municípios ao norte da Bahia; e a Central das Associação de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, cuja sede encontra-se no município de Oliveira dos Brejinhos. Atualmente tem-se o registro de 340 associações estruturadas em 24 municípios baianos, localizados predominantemente ao norte do estado e na região do Médio São Francisco.

O fator motivador da organização das associações de Fundo/Fecho de Pasto está diretamente ligado às exigências feitas pelo estado da Bahia para regularização fundiária das Comunidades. Atualmente a lei que regulamenta Fundo/Fecho de Pasto é a Constituição da Bahia, promulgada em 1988, art. 179, Parágrafo Único. Entretanto, não há instrumento legal que viabilize a titulação das terras de uso comum, ou seja, na Constituição baiana está reconhecido a sua existência, porém, o processo de titulação das terras de uso comum – os Fundos/Fechos de Pasto – esbarra na legislação, submetendo o processo de titulação das terras dessas comunidades à Lei de Terras de 1850.

A Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), é o órgão na Bahia, responsável pela regularização fundiária das áreas de Fundo/Fecho de Pasto. Os processos concluem-se lentamente, e alguns deles tramitam a mais de 15 anos sem solução. Algumas áreas já foram medidas várias vezes, muitos processos estão desaparecidos.

A luta pela titulação das terras dos Fundo/Fechos de Pasto, com a conseqüente viabilização da permanência das comunidades em suas terras, agrega em seu processo muitos contradições. O estado da Bahia, através de seus órgãos ainda não encontrou um modo de proceder a titulação sem prejuízos aos camponeses. Destaca-se que na maioria das áreas tituladas, a titulação deu-se apenas nas áreas individuais. Assim, as terras de uso comum não foram tituladas e o órgão responsável alega impossibilidades legais para fazê-lo, fato que obriga as associações a manterem-se em uma luta constante. Dessa forma, as terras de uso comum, que justamente caracteriza essas comunidades e o seu modo de vida, ficam à revelia da ação de grileiros, mineradoras, etc.

4. Os Assentamentos Rurais do Recôncavo Baiano

Esta parte do trabalho analisa o processo de ocupação, conquista da terra e as estratégias desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Recôncavo Baiano, abordando a inserção e a organização do mesmo na região. Essa leitura

remete a identificação do processo de transição dos acampamentos em Projeto de Assentamentos Rurais (PA's). Esse processo de transição é orquestradas pelas políticas públicas do Estado para o setor, que confronta sua lógica de planejamento territorial com as reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra.

A luta pela terra no Recôncavo Baiano, não começou com o MST. Na região já existiam focos de luta pela terra, a exemplo do assentamento rural espontâneo da Fazenda Gericó, este efetivado sem a influência direta do Estado, sendo organizado pela comunidade de agricultores – posseiros – que lutaram pela posse da terra, e o assentamento Santa Catarina, efetivado pelo INCRA, motivado por uma ocupação realizada por posseiros decorrente da desativação da Usina de Açúcar D. João. Os mesmos já residiam na área há aproximadamente 30 anos. Com o fechamento do complexo agroindustrial e com a ausência de perspectivas de vida, instalou-se o processo de ocupação, neste caso, configurado com a permanência dos posseiros – ex-trabalhadores da fazenda – na área do imóvel rural.

Nesse contexto, a partir de 1996, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) organizou-se na região do Recôncavo trazendo uma nova alternativa de vida, em especial para as pessoas que viviam na periferia da Região Metropolitana de Salvador e municípios circunvizinhos a ela – locais onde foram organizados os trabalhos de base. Inicialmente, o Movimento ocupou as Fazendas de devedores do Banco do Brasil. Favorecido pela conjuntura, rapidamente, suas ocupações foram efetivadas em PA's. Atualmente, a regional do Recôncavo do MST tem sete PA's (tabela 1):

TABELA 1

Projetos de Assentamentos Rurais da

Regional Recôncavo do MST – Bahia 2003

Municípios	PA's	Nº Famílias (capacidade)	Área (ha)
Santo Amaro	05 de maio / Nova Suiça	100	1.821,60
	Bela Vista / Antônio dos Calmons	50	458,71
	Pitinga / Eldorado	80	437,00
São Sebastião do Passe	Maju	29	521,80
	Nova Panema	58	917,86
Água Fria	São Domingos / Itapetingui	28	145,31
Água Fria	Menino Jesus / Paracatu	112	13010
TOTAL	10 PA's	457	17.312,2 8

FONTE: INCRA, MST (dados de dezembro de 2003)

ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR, por Cirlene Jeane Santos e Santos

Os projetos de assentamentos de Reforma Agrária são frutos da ação organizada dos movimentos e da pressão que os mesmos exercem a fim de que as políticas públicas (especialmente a agrária e a agrícola) do Estado atendam a este segmento. Ao se estruturarem em uma região, seguem a lógica de fazer a terra produzir, retirar o seu fruto e, conseqüentemente, garantir a subsistência, além de gerar renda para os assentados. Dessa forma, passam a fazer parte do espaço da produção, da circulação e das idéias, no âmbito regional/municipal onde estão inseridos.

É necessário explicar o que se entende por acampamento e assentamento de Reforma Agrária, a fim de que se compreenda o processo inicial da espacialização à territorialização de um e de outro. O acampamento é o momento da ocupação dos latifúndios improdutivos e/ou da beira da estrada. A resistência se configura com os camponeses permanecendo na terra ocupada, na dura tentativa de sobreviverem à solidão e à incerteza, figuradas nos barracos de lona à medida que tentam construir de uma vida coletiva no grupo social que se forma.

Considera-se Projetos de Assentamento de Reforma Agrária a consolidação da conquista da terra através da desapropriação e imissão de posse, via intervenção do Estado, que é o agente legalmente constituído para tal ato. Para os sem terra é a materialização da esperança, ou seja, uma nova fase que se inicia com a concretização dos sonhos. No assentamento novas relações se estabelecem, pois os que antes não tinham terra agora as têm, além de adquirirem novos direitos, bem como, maiores responsabilidades com o grupo social do qual fazem parte e com a sociedade.

A implantação de um assentamento em um município ou região acarreta mudanças nas diversas relações socialmente construídas e estabelecidas pela comunidade. Segundo os estudiosos dessa temática Medeiros e Leite, os assentamentos não só geram empregos como, de alguma maneira, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, além de alterarem as relações de poder local⁶. Os assentados podem ser oriundos ou não do município onde o assentamento está localizado e suas relações com a comunidade circunvizinha envolverão trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, disputas, transformação e assimilação cultural e de valores.

A estrutura fundiária é a concretização no espaço da forma como os grupos sociais se organizam em sociedade. Organizam-se para apropriarem-se de uma parte da natureza

e produzirem espaço. Dessa forma, segundo Fernandes, no campo brasileiro, a luta dos sem-terra territorializa-se por todo o País, tornando-se um dos principais problemas nacionais. A ocupação é uma denúncia da secular exclusão social estabelecida pelas elites brasileiras⁷.

A acampamento é um espaço de luta e resistência. Para Fernandes, o acampamento é a expressão material do problema fundiário. Realizada a negociação e acordada a situação, inicia-se o processo de assentamento provisório. Este é o momento em que o espaço de luta e resistência começa a se transformar em fração do território. A fração do território é o assentamento⁸. Observa-se que todo ele é orientado pelas políticas públicas do Estado para o setor. Contudo, o assentamento é o próprio território, apoderado pelo grupo social, conduzido pela utopia do MST.

A ideologia do Movimento, nesse caso, tem o mesmo sentido das visões sociais utópicas, expressas por Michel Lowy. Elas existem quando possuem uma função crítica, negativa, subversiva; quando apontam para uma realidade que ainda não existe⁹. Assim, o Movimento é algo maior e perpassa todas as escalas de análise. Para o MST, a construção da utopia é conduzida por um programa, um projeto que conduz a sociedade a uma transformação gradativa das suas estruturas de poder e do modo de produção – de capitalista para o socialista – e se inicia nos Projetos de Reforma Agrária do Movimento.

Essa utopia é o fator primordial de conquista dos indivíduos socialmente excluídos pela ideologia dominante, que é apontada por Michel Lowy, como visão ideológica. Esta serve para legitimar, justificar, defende ou manter a ordem social do mundo¹⁰.

Esses indivíduos, arrebanhados em diferentes pontos do território nacional, são motivados ao deslocamento, participando do nascimento de um grupo social que irá territorializar-se, construindo um PA de acordo com as orientações do Movimento. Entretanto, esse processo não é fácil, muito menos pacífico. Vencendo a rígida estrutura agrária, é necessário vencer as contradições da sociedade, que insiste em se reproduzir no interior dos PA's. As utopias *sonhadas* podem ruir às tentações da ideologia dominante que tudo transforma em mercadoria.

⁶ MEDEIROS L. S. e LEITE S. P. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. In CPDA/ Debates, 4, dezembro, 1997.

⁷ FERNANDES, B. M. *Entre a miséria e a ocupação: as lutas e os desafios dos sem-terra do Brasil*. Textos Geográficos, Revista Eletrônica da AGB Nacional. Disponível em <http://www.agbnacional.com.br>. Acesso 12.08.2002

⁸ FERNANDES, B. M. *Entre a miséria e a ocupação: as lutas e os desafios dos sem-terra do Brasil*. Textos Geográficos, Revista Eletrônica da AGB Nacional. Disponível em <http://www.agbnacional.com.br>. Acesso 12.08.2002.

⁹ LOWY, M. *Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista*. 15. São Paulo: Cortez, 2002. p 14.

¹⁰ Idem, p 14.

De acordo com Fernandes, os assentamentos, do ponto de vista social, representam a conquista da terra. Para o Estado o assentamento é um projeto social, é a materialização da sua política agrária e serve para amenizar os conflitos no campo. Os assentados são os beneficiários dessa política. Para o teórico, os assentamentos, em si mesmo, podem ser entendidos como territórios à medida que representam um espaço delimitado e apropriado por determinado grupo social, dentro dessa nova conjuntura política. Assim, como todo território, o assentamento é um campo de forças e um *locus* privilegiado de luta pela cidadania¹¹. É o início da construção da utopia em um território experimental, essencial para a consolidação de uma nova visão de mundo junto aos assentados.

Assim, um significativo número de assentamentos existentes no espaço rural brasileiro é indicativo de mudanças na Geografia da Reforma Agrária do País e repercute no arranjo espacial do campo à medida que eles configuram uma nova paisagem e são pontos fixos que exigem e estabelecem novos fluxos a partir das atividades de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias e serviços, criando suas próprias redes. Os PA's revelam uma nova realidade sócio-espacial. Cada assentamento tem as suas particularidades e especificidades, cada realidade é única e envolve, ao mesmo tempo, agentes de classes iguais e contraditoriamente distintas, pois possui um conjunto de indivíduos diferentes que, por sua vez, vivenciam a realidade distintamente, embora seguindo a mesma bandeira. Constituem territórios singulares, produzindo diferenciados espaços.

5. A Luta pela Terra: o papel do Estado

Por muito tempo o “atraso da agricultura brasileira” foi apontado como o obstáculo ao desenvolvimento econômico do País e todo esforço empreendido objetivou “modernizar o campo”¹², tornando-o compatível aos interesses do capital. A ampliação dos mercados interno e externo, aliada à globalização das economias, ampliou a acumulação excludente, contribuindo para à incorporação do capital às etapas do processo produtivo no campo, através dos complexos agroindustriais. Por outro lado, os investimentos na agricultura aumentaram, em especial, para as culturas de exportação – *commodity* – modernizaram-se, inserindo-se no mundo do *agrobusiness*, que representa hoje o setor responsável por uma parcela significativa dos produtos de exportação do País, garantindo o *superávit* primário da balança comercial.

Modernizaram-se as técnicas e ampliou-se a inserção do capital no campo sem, contudo, alterar a estrutura de posse e uso da terra. A sua propriedade manteve o caráter

¹¹ FERNANDES, B. M. Questões Teórico- Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. In: *Boletim Paulista de Geografia*. n° 75, São Paulo, 1999.

¹² Ver KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. *Os resultados da modernização agrícola dos anos 70*, in: Revista de Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, 1983.

excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário conservando o pequeno camponês vinculado às relações de tradicionais produções, compartilhando-as com as condições de assalariamento temporário, na maioria dos casos sem qualquer proteção legal. Muitos dos pequenos produtores, que cultivavam para as suas subsistências, foram expulsos para os centros urbanos e uma parcela significativa dos atuais minifúndios representa mais lugares de moradia que de produção, em especial, nas regiões próximas aos grandes centros urbanos, onde o agricultor busca novas estratégias para garantir as condições de sua sobrevivência.

Nesse contexto, ampliaram-se os conflitos e a violência no campo, expondo à sociedade a gravidade do problema que precisava ser enfrentado. Afinal, uma pequena parcela do latifúndio adquiriu um caráter empresarial e as relações de produção foram substituídas por relações cada vez mais técnicas e mais modernas. Contudo, os latifúndios improdutivos continuaram a existir, impedindo o desenvolvimento social do País e impossibilitando o acesso à terra aos que dela precisavam. Os latifundiários, visando manter os seus privilégios à base da especulação e manutenção da renda da terra capitalizada, organizaram-se em milícias para-militares garantindo o seu poder sobre a terra utilizando a força bruta.

A Reforma Agrária vai além de um simples processo de distribuição de terra, pois configura uma questão complexa que afeta a estrutura de poder em todas as suas escalas – municipal, estadual e federal – sendo, portanto, um processo social complexo. São muitos os interesses envolvidos. De um lado o movimento social organizado; de outro os latifundiários e suas milícias armadas. A efetivação da Reforma Agrária depende da correlação de forças existentes na sociedade. O fluxo desse processo no Brasil encontra-se diretamente ligado às ações organizadas dos movimentos de luta pela terra; já o seu refluxo está limitado pela estrutura de poder organizada para gestar o País, historicamente construído para manter os privilégios dos grupos hegemônicos. Em contrapartida, as ações organizadas dos movimentos sociais com suas diferentes estratégias de conquista da terra, gradualmente criaram raízes, fortalecendo-se para romper o bloqueio da exclusão social que afligia, e ainda hoje aflige, milhares de brasileiros no campo e nas cidades. Em muitos casos o meio de produção terra representa para muitos a única alternativa de subsistência. Desse modo, os movimentos adquiriram visibilidade a partir da intensificação de suas mobilizações no campo organizando os camponeses sem terra, promovendo a ocupação do latifúndio e expandindo-se, também, para a cidade a partir de suas marchas, atraindo e provocando o deslocamento de população dos centros urbanos das grandes cidades para o campo.

Não obstante, após os movimentos sociais superarem as forças contrárias para uma melhor distribuição de terras, para que um assentamento seja efetivado é necessário percorrer um longo processo. Ao contrário da luta travada no campo de força social, agora o

palco de batalha será no campo de força institucional, sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representada pelo INCRA. Esse processo começa na obtenção da terra e vai até a titulação e consolidação dos Projetos de Assentamentos Rurais, contemplando as famílias beneficiadas com a terra, entretanto o Estado não conclui o processo de planejamento do espaço, ficando a responsabilidade aos próprios assentados – planejamento do possível.¹³

Quando o Estado sai de cena, os Movimentos não conseguem realizar o planejamento, afinal eles não estão preparados para isso, muito menos é esse é o seu papel original. O Estado deve somente prover a terra que, posteriormente, em suaves parcelas anuais, serão devolvidas aos cofres públicos? Será apenas um mediador entre o banco e os assentados para a concessão dos créditos voltados à produção agrícola nos PA's? Constata-se que o Estado tem fraquejado enquanto agente planejador do espaço nos projetos de assentamentos rurais de Reforma Agrária, se eximindo das suas responsabilidades. Em contrapartida, os Movimentos Sociais, na luta pela terra, ávidos em encaminhar as conquistas, confundem-se em seu papel histórico/social, assumindo outras atribuições que os mesmos não têm condições de exercer. A partir daí, surgem outras questões: na luta pela terra qual o papel dos movimentos sociais do campo? Enquanto movimento de massa, qual é o seu papel revolucionário? Esses Movimentos lutam por terra ou por território? Germani avalia esse processo afirmando que,

A dinâmica e o ritmo que os movimentos imprimem aos processos de ocupação de terra, são distintos do ritmo das instituições oficiais e obrigam que, muitas vezes, os próprios movimentos assumam as ações de implementação dos assentamentos, inclusive as de planejamento espacial. Sem dúvida, trata-se de um planejamento executado em outras bases e outros parâmetros; um planejamento espacial que é feito, muitas vezes, sem ter sequer a planta do perímetro da área em mãos, quanto mais o estudo de solos ou de topografia! Onde é possível identificar, com muita clareza, a relação intrínseca entre processos sociais e processos espaciais. Pois, é um exercício, ao mesmo tempo, de construção do espaço e de organização da sociedade¹⁴.

¹³ Os procedimentos técnicos realizados pelo INCRA atualmente podem ser observados sistematicamente em SANTOS e SANTOS, C. J. O processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia.

¹⁴ GERMANI, G. I. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. In *Caderno de Geociências*. Salvador: Edufba, 2001, p. 143.

Quando se analisam os mecanismos utilizados para efetivação da dita política de Reforma Agrária, percebe-se que se está muito longe de alcançar uma substancial modificação nas formas de posse e uso da terra. A Reforma Agrária desenvolvida pelo Estado mostra-se pontual e desarticulada. Não promove um desenvolvimento regional planejado e coerente com as diversidades regionais e locais. Mesmo considerando as boas intenções postas nas leis, decretos e normas, os seus objetivos dificilmente são alcançados, pairando na esfera burocrática das normas de execução.

O Estado através de seus órgãos e diante da pressão dos movimentos sociais, além da falta de pessoal e de recursos que muitas vezes justificam a sua inoperância, não cumpre o seu papel. No que se refere ao acompanhamento dado pelos técnicos do INCRA aos PA's, além de conduzirem a assinatura dos Contratos de Assentamento e de Crédito, posteriormente, verificam quais assentados receberam o Crédito Apoio à Instalação; no que diz respeito ao Crédito Habitação, observam superficialmente a construção das casas, sem a presença de um pessoal qualificado para isso, a exemplo de engenheiros e/ou arquitetos. Solicitam dos assentados as notas fiscais das compras realizadas com os créditos recebidos para prestação de contas. Apesar de desempenharem essas funções, os técnicos, melhor dizendo, o INCRA, não se dá conta que o acompanhamento de um assentamento não requer apenas procedimentos objetivos e práticos. A idéia de acompanhar associa-se a de conduzir sistematicamente todas as etapas dos processos. Logo, o conhecimento do espaço pelo grupo social e o planejamento participativo do PA são condições fundamentais para uma organização mais eficaz desses Projetos de Assentamentos. Germani analisa:

É aí que se percebe a distância entre a intenção e o gesto nas ações do Estado. Esta medida pode ser mensurada pelas condições fornecidas pelo Estado para tornar o assentamento produtivo. A responsabilidade do Estado não se limita às ações de vistoria, avaliação, desapropriação e liberação dos primeiros créditos. Sem dúvida, são atos importantes, mas têm que ser complementados com o fornecimento do aporte técnico necessário para pensar o processo produtivo em outros moldes que não o da mera subsistência ou de reprodução simples e dos recursos financeiros para realizá-lo¹⁵.

O Estado realiza a Reforma Agrária como uma política compensatória, pressupondo que a partir desse ato, os problemas sociais se reduzam e as pressões dos movimentos cessem. A partir desse momento, os assentados adquirem uma "cidadania", compulsoriamente instituída, confirmada quando assumem os seus direitos e deveres de assentados, e materializada através dos créditos, tornando-se consumidores e, ao mesmo

tempo, devedores pelos próximos 20 anos de suas existências, embora muitos, sequer saibam disso.

6. Considerações preliminares

Os estudos iniciais dessa pesquisa permitem identificar alguns elementos comuns unindo as duas complexas realidade descritas anteriormente. O principal elo entre o Fundo/Fecho de Pasto e os Projetos de Assentamento é que ambos tem como principal agente indutor da solução dos conflitos o Estado em suas diferentes escalas de atuação.

Nos Fundos/Fechos de Pasto as comunidades pré-existentes, lutam para manter-se na terra, zelando pela garantia de seu modo de vida, dos seus usos e costumes, de suas tradições. Apenas recentemente passaram a se confrontar com a lei, afinal em nossa sociedade vale o que esta escrito e registrado no cartório. As histórias contadas pelos mais velhos, sobre a origem das suas famílias na região, e como adquiriram suas terras pouco vale, há muito o poder das palavras perderam-se ao vento, ruindo juntamente com a degradação social da sociedade atual.

O MST trouxe para a terra um grupo de excluídos, com perfis distintos e de múltiplas identidades, em que a de menor expressividade estava a ligada ao cultivo da terra, ou seja, a de reproduzirem-se tendo no meio de produção terra a sua principal referência. Essa identidade – a identidade camponesa sem-terra – seria construída por alguns e resgatada por outros no dia-a-dia, na luta cotidiana pela sobrevivência. O MST, em suas utopia, acredita que a distribuição de terra é o inicio da solução para os problemas sociais estabelecidos ao longo da história do País. Porém, o seu papel não se encerra com a conquista da terra, talvez, a partir daí se inicie uma segunda fase da luta: manter as famílias na terra produzindo, de tal modo que garantam as condições básicas para a sua manutenção. Entretanto, na região em estudo, o Movimento não tem prosperado diante desse desafio, muito menos percebido que existem falhas na condução do processo.

Essas pesquisa em andamento, traz os elementos iniciais para a discussão.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. *Entre a miséria e a ocupação: as lutas e os desafios dos sem-terra do Brasil*. Textos Geográficos, Revista Eletrônica da AGB Nacional. Disponível em <http://www.agbnacional.com.br>. Acesso 12.082002

FERNANDES, B. M. Questões Teórico- Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. In: *Boletim Paulista de Geografia*. n° 75, São Paulo, 1999.

GARCEZ, A. N. R. *Fundo de Pasto um projeto de vida sertanejo*. Salvador: Interba/UFBA, 1987.

¹⁵ GERMANI, G I. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. In *Caderno de Geociências*. Salvador: Edufba, 2001. p. 142.

GERMANI, G. I. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. In *Caderno de Geociências*. Salvador: Edufba, 2001.

GERMANI, G. Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GERMANI, G. I. *A Geografia (e) (da) Reforma Agrária*. Trabalho apresentado no Encontro de Técnicos e Dirigentes de Cooperativas e Associações do MST. Salvador – BA, 1998.(mimeo)

GERMANI, G. I. *Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de Novos Espaços de Vida e de Conflitos*. In *Cultura vozes*, n° 6. Novembro-Dezembro 2001. Texto apresentado no 50° Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Varsóvia, Polônia, em julho de 2000.

GERMANI, G. I. *Cuestión Agraria y Asentamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)*. Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70, in: *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 1983.

LOWY, M. *Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista*. 15. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDEIROS L. S. e LEITE S. P. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. In CPDA/ Debates, 4, dezembro, 1997.

OLIVEIRA, A U. de. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1998.

SANTOS M. *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS M. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.